





#### DIRETORIA LEGISLATIVA SeATA LEGISLATURA 2021 A 2024

## **APROVADA PELO PLENÁRIO EM 27/8/2024**

Reunião Ordinária do dia 26 de agosto de 2024 Presidente: vereador Caio André Pinheiro de Oliveira Secretário-Geral: vereador João Carlos dos Santos Mello

No dia vinte e seis de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador Caio André Pinheiro de Oliveira, do União Brasil (União); e secretariada pelo vereador João Carlos dos Santos Mello, do Republicanos. PRESENTES, ainda, os vereadores Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Podemos; Francisco Carpegiane Veras de Andrade, Raiff Matos Silva Vasconcelos e Marcel Alexandre da Silva, do Partido Liberal (PL); Cícero Custódio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT); Diego Roberto Afonso, Éverton Assis dos Santos e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do União Brasil (União); David Valente Reis, Gilmar de Oliveira Nascimento, Manoel Eduardo dos Santos Assis, Eduardo Assunção Alfaia e Joelson Sales Silva, do Avante; Dione Carvalho dos Santos, Rosinaldo Ferreira da Silva e Alonso Oliveira de Souza, do Agir; Ivo Santos da Silva Neto, do Partido da Mulher Brasileira (PMB); Márcio José Maia Tavares, Roberto Sabino Rodrigues e Daniel Amaral Vasconcelos, do Republicanos; Jaildo de Oliveira Silva, do Partido Verde (PV); François Vieira da Silva Matos, Jander de Melo Lobato e Samuel da Costa Monteiro, do Partido Social Democrata (PSD); Luís Augusto Mitoso Júnior, Isaac Tayah, João Kennedy de Lima Marques e Robson da Silva Teixeira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Marcelo Augusto da Eira Corrêa, Carmem Glória Almeida Carratte e Elissandro Amorim Bessa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Elan Martins de Alencar e Wallace Fernandes de Oliveira, do Democracia Cristã (DC); Rosivaldo Oliveira Cordovil, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo e Lissandro Breval Santiago, do Progressistas (PP); William Robert Lauschner, do Cidadania; e Thaysa Lippy Silva de Souza, do Partido da Renovação Democrática (PRD). JUSTIFICADA a ausência do vereador Allan Campelo da Silva, do Podemos, de acordo com o Memorando n. 044/2024 - GVAC. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião e convidou os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na **sequência**, o secretário, vereador João Carlos, leu a Ata da sessão ordinária do dia vinte e um de agosto do ano em curso. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**, anunciando os vereadores inscritos. O primeiro orador, vereador Isaac Tayah, criticou a qualidade dos serviços prestados pelo Banco Bradesco, citando o tempo excessivo de espera para









abertura de conta e a descortesia dos funcionários, embora fosse a entidade financeira contratada pela Casa. O parlamentar afirmou que precisou recorrer ao Banco do Brasil e agradeceu à gerência da instituição financeira pelo bom atendimento, manifestando o seu repúdio pelo ocorrido e informando que encerraria sua conta com o Bradesco. O Presidente esclareceu que houve uma concorrência pública e somente o Banco Bradesco manifestou interesse, lamentando o episódio relatado pelo vereador Isaac Tayah. O segundo orador, vereador Sassá da Construção Civil, falou da necessidade premente do desbloqueio da BR-319, face à dificuldade de escoamento pelas vias fluviais de produtos para os municípios amazonenses, pedindo providências ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e ao governo federal. O parlamentar informou, ainda, que os caminhoneiros estavam dispostos a fazer um movimento de protesto em frente à Ceasa e convidou a bancada federal do Estado para apoiá-los, para que o problema fosse resolvido. Finalizando, pediu ao Ministério Público do Trabalho para que realizasse uma fiscalização na empresa Norte, contratada pela Amazonas Energia, tendo em vista que os funcionários estavam sendo responsabilizados pelos danos em automóveis da empresa, durante o período de trabalho. O terceiro orador, vereador Capitão Carpê, divulgou vídeo sobre a situação das residências no beco Airão, localizado no bairro Praça 14, informando que os moradores fizeram manifestação no viaduto José Claúdio de Souza, no dia vinte e três do mês em curso, reclamando da falta de amparo da Prefeitura de Manaus no local, em razão dos transtornos e prejuízos do alagamento de suas residências, causado pelas águas das chuvas, face ao entupimento de bueiros pelo lixo, areia e entulho. O parlamentar manifestou a sua revolta, porque encaminhara vários requerimentos à Prefeitura solicitando informações sobre as medidas que seriam adotadas no local e não obteve resposta. Por último, rasgou simbolicamente o que representava um requerimento, já que os seus não eram atendidos. O quarto orador, vereador Raulzinho, falou dos avanços realizados pela atual gestão do Executivo Municipal no setor de esportes e destacou a importância da destinação de emendas parlamentares e indicações dos vereadores à Prefeitura de Manaus, para que o trabalho desta fosse otimizado. O parlamentar ressaltou que por meio de suas emendas foram construídos os campos do Mutirão, da rua 40 e da 36, para a prática esportiva e de atividades culturais e artísticas, salientando a relevância do parque Amazonino Mendes para as comunidades das zonas Leste e Norte, pontuando, ainda, a construção de um Centro de Atendimento Psicossocial - Caps para o atendimento de dependentes químicos e alcóolatras. Por último, afirmou que obras como as realizadas mostravam todo respeito que o Executivo Municipal e a Câmara Municipal tinham pela população. O quinto orador, vereador Gilmar Nascimento, lamentou pelo que estava acontecendo no país em relação aos focos de calor nos diversos estados, citando um trecho da música "Lamento da Raça" do Boi Garantido. O parlamentar apresentou o ranking dos municípios do Amazonas, enfatizando que a população vinha sofrendo com problemas de saúde em decorrência da fumaça e sugeriu que a Casa realizasse uma audiência pública para normalizar a situação do posteamento na cidade, com a participação dos entes públicos afins ao problema,









sugerindo, ainda, a criação de um fundo de apoio e a criação de uma política regional estratégica de desenvolvimento sustentável visando solucionar os problemas da região. Por fim, declarou que era necessário convocar os Estados que compunham a Amazônia Legal para uma discussão ampla sobre a preservação ambiental, porque a situação climática apesar de ser interesse do mundo era, primeiramente, do povo do Norte. O sexto orador, vereador Dione Carvalho, pediu às forças de segurança do Amazonas e da cidade de Manaus para que avaliassem a situação das queimadas e, consequentemente, da fumaça, considerando que uma parte do problema que estava acontecendo era decorrente da proliferação das ocupações irregulares, principalmente na zona Leste de Manaus. O parlamentar informou que, como presidente da Comissão de Habitação da Casa, vinha recebendo muitas denúncias direcionadas não só ao ramal do Brasileirinho, onde estavam abrindo nova rota de ocupação e invadindo áreas de moradores que eram pioneiros na comunidade, mas também na entrada do bairro Colônia Antônio Aleixo, lembrando que por trás das invasões atuavam milícias que se locupletavam por meio da exploração de moradores. Concluindo, pediu a realização de ações ostensivas para coibir as ações dos infratores e informou que encaminharia requerimento ao governador do Estado e aos órgãos competentes, para que tomassem as providências necessárias. O sétimo orador, vereador William Alemão, refutou a declaração de um de seus antecessores de que a Prefeitura de Manaus fez sua parte em relação aos problemas ocasionadas pela estiagem na cidade, ressaltando a disparidade em volume de recursos entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanca do Clima – Semmas Clima e a Secretaria Municipal de Comunicação - Semcom, considerando que a primeira não tinha o necessário para tratar das demandas da população. Ao final, lembrou que todos os anos os fenômenos da seca e episódios de queimadas vinham acontecendo e mais importante do que difundir informações era necessário combater os danos causados. O oitavo orador, vereador Rodrigo Guedes, falou do esvaziamento do plenário e pediu recontagem de quórum, afirmando que era desgastante ficar cobrando a presença de seus pares; contestou a presença computada apenas pela participação na ordem do dia e não no restante dos expedientes e pediu para que a equipe técnica da Casa atualizasse a frequência dos parlamentares, a fim de que a imprensa não divulgasse informações imprecisas. Prosseguindo, comentou sobre notícias divulgadas pela imprensa local e nacional sobre o envolvimento do genro e da sogra do prefeito David Almeida em contratos com a Prefeitura, citando a utilização da máquina pública para a eleição do irmão do chefe do Executivo Municipal, o provimento de cargos para familiares nas secretarias municipais e o episódio da lista de contemplados no sorteio do residencial Cidadão Manauara II, que continha os nomes das tias e uma prima da filha do Prefeito. Encerrando o seu pronunciamento, declarou que só tinha a lamentar pelos escândalos recorrentes no Executivo Municipal, pois maculavam a imagem da capital amazonense. O nono orador, vereador Lissandro Breval, também se reportou às informações divulgadas pelos noticiários local e nacional sobre o envolvimento de familiares do Prefeito em "supostas" fraudes, afirmando que









a Casa não poderia se calar diante da denúncia, apesar do movimento de reprovação de todos os expedientes que solicitavam esclarecimentos, citando, ainda, a utilização da máquina com o objetivo eleitoral que, a seu ver, deveria ser denunciada e fiscalizada, tendo em vista que envolvia dinheiro público. O Presidente encerrou o Pequeno Expediente e convidou os vereadores que se encontravam nas dependências da Casa para comparecerem ao plenário, em razão do início da Ordem do Dia, bem como a Diretoria Legislativa. Na sequência, Pela Ordem, pediram preferências os seguintes vereadores: Gilmar Nascimento, ao Requerimento n. 15.661/2024; Rodrigo Guedes, ao Requerimento n. 15.209/2024; e Capitão Carpê, ao Requerimento n. 15.693/2024. Ato contínuo, o Presidente passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA. Na PAUTA, foi deliberado, tomou o n. 408/2024, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 61/2024, que "Altera a Lei n. 3.111, de 26 de julho de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, e dá outras providências". O Presidente informou que ao supracitado projeto havia anexado um pedido de urgência, conforme preconizava o artigo 64 da Loman, tendo submetido, em seguida, o pedido à apreciação dos vereadores. Discutiram o pedido de urgência ao Projeto de Lei n. 408/2024, os vereadores William Alemão, Rodrigo Guedes, Capitão Carpê, Lissandro Breval, Diego Afonso e Gilmar Nascimento, tendo o primeiro, registrado o voto contrário à urgência e solicitado votação em painel; e o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto, registrado o voto contrário à urgência. O Presidente informou que se houvesse necessidade o faria. A seguir, foi aprovada pelos vereadores a tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei n. 408/2024, de autoria do Executivo Municipal. Foi deliberado, tomou o n. 124/2024, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Fransuá, que "Dispõe sobre a criação do Selo Amigo das Pessoas com Deficiência, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 229/2024, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Márcio Tavares, que "Dispõe sobre a instalação de área que permita o uso emergencial pelos veículos de resgate a vida, nas pracas, espacos e obras públicas do município de Manaus". Foi deliberado, tomou o n. 266/2024, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Capitão Carpê, que "Acrescenta parágrafo quarto ao Art. 3.º da Lei n. 2.208, de 13 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica do município de Manaus realizar o alinhamento e a retirada dos fios inutilizados nos postes e notificar as demais empresas que utilizam os postes como suporte de seus cabeamentos, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 330/2024, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador **Éverton Assis**, que "**Dispõe** sobre as Diretrizes para a Criação de Políticas Públicas de Incentivo ao Trabalhador e Trabalhadora com Síndrome de Down". Foram retirados de pauta, em razão da ausência dos autores, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Rosinaldo Bual, que "Institui o Programa de Medicina









Preventiva nas Escolas Municipais de Manaus; e o Projeto de Lei, de autoria do vereador Allan Campelo, que "Dispõe sobre a Campanha de Conscientização a respeito da Alienação Parental no município de Manaus". Foi deliberado, tomou o n. 402/2024, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Mitoso, que "Proíbe a comercialização, a distribuição e a circulação, integral ou parcial, de publicação impressa ou divulgada no meio digital que faça apologia ao nazismo". Foi deliberado, tomou o n. 007/204, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Resolução, de autoria da vereadora Prof.<sup>a</sup> Jacqueline, que "Institui a Ouvidoria da Mulher na Câmara Municipal de Manaus". Discutiram o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 341/2019, o vereador Diego Afonso. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 341/2019, de autoria do vereador Diego Afonso, que "Dispõe sobre a utilização de material publicitário nos veículos de transporte escolar com intuito de combater a pedofilia e o bullying infantil", tendo sido subscrito pelos vereadores William Alemão, Lissandro Breval, Isaac Tayah e Capitão Carpê. O supracitado projeto seguiu à Comissão de Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 285/2022, de autoria do vereador João Carlos, que "Institui o Dia Municipal dos Grupos Voluntários de Ações Sociais, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orcamento à Emenda 01 ao Projeto de Lei n. 305/2022, de autoria do vereador Prof. Samuel, que "Institui a Semana Municipal de Educação Midiática, e dá outras providências. O supracitado projeto seguiu à Comissão de Educação. Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à Emenda 01 ao Projeto de Lei n. 150/2023, o vereador William Alemão. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à Emenda 01 ao Projeto de Lei n. 150/2023, de autoria do vereador Ivo Neto, subscrito pelos vereadores Allan Campelo, Alonso Oliveira, Capitão Carpê, Dione Carvalho, Eduardo Assis, Eduardo Alfaia, Elan Alencar, Éverton Assis, Glória Carratte, Jaildo Oliveira, Jander Lobato, Joelson Silva, João Carlos, Kennedy Marques, Lissandro Breval, Marcel Alexandre, Marcelo Serafim, Márcio Tavares, Prof. Jacqueline, Prof. Samuel, Raiff Matos, Roberto Sabino, Rosivaldo Cordovil, Thaysa Lippy e Wallace Oliveira, que "Proíbe a nomeação e contratação para determinados cargos e empregos públicos, de pessoa condenada por crime sexual contra crianças e adolescentes no município de Manaus e dá outras providências", tendo sido subscrito, ainda, pelos vereadores Rodrigo Guedes e William Alemão. O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 557/2023, o vereador Rodrigo Guedes. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 557/2023, de autoria do vereador Rodrigo Guedes, que "Denomina Hering Silva Oliveira o complexo de quadras poliesportivas da Mini









Vila Olímpica do Santo Antônio, localizada na Av. Luís de Camões, e dá outras providências". O **supracitado** projeto **seguiu** à Comissão de Cultura e Patrimônio Histórico. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 118/2023, de autoria do vereador William Alemão subscrito pelos vereadores Bessa, Caio André e João Carlos, que "Institui no Calendário Oficial da Cidade de Manaus o evento 'Manaus Adventure', a ser realizado no mês de outubro, e dá outras providências." O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 317/2023, de autoria do vereador Elan Alencar, subscrito pelos vereadores Kennedy Marques e Marcel Alexandre, que "Assegura aos portadores de transtornos psíquicos o direito a se fazer acompanhar de animal de assistência emocional nos estabelecimentos públicos municipais, estabelecimentos privados e meios de transporte". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi retirado de pauta, em razão da ausência da autora, o Projeto de Lei n. 383/2023, de autoria da vereadora Glória Carratte, que "Institui a Semana Municipal de Conscientização e Combate ao Capacitismo, a ser realizada anualmente na primeira semana de setembro, e dá outras providências". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 396/2023, de autoria da vereadora Yomara Lins, que "Institui a Campanha de Incentivo, Promoção e Conscientização do Cuidado da Saúde Mental Materna e dá outras providências. O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 411/2023, de autoria do vereador Kennedy Marques, subscrito pelo vereador Wallace Oliveira, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes de divulgação da Lei Federal n. 12.845, de 1.º de agosto de 2013 (Lei do Minuto Seguinte), no âmbito do município de Manaus". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 327/2023, de autoria do vereador Fransuá, que "Altera a Lei n. 1.118, de 1.º de setembro de 1971, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus". Foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 376/2023, de autoria do vereador Daniel Vasconcelos, subscrito pelos vereadores Caio André, Éverton Assis, Glória Carratte, João Carlos, Marcel Alexandre, Raiff Matos, Rosivaldo Cordovil e Wallace Oliveira, que "Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Assistência a Cuidadores de Pessoas Idosas, e dá outras providências". Foram deferidas as Indicações n. 342 e 343/2024; aprovadas as Moções n. 321 a 323/2024; e aprovados os seguintes Requerimentos: n. 15.209/2024, de autoria do vereador Rodrigo Guedes; e n. 15.661/2024, de autoria do vereador Gilmar Nascimento. Discutiram o Requerimento n. 15.693/2024, os vereadores Capitão Carpê, Elan Alencar e William Alemão. Foi aprovado o Requerimento n. 15.693/2024, de autoria do vereador Capitão Carpê. Discutiu o Requerimento n. 6.985/2024, o vereador Elan









Alencar. Foi aprovado o Reguerimento n. 6.985/2024, de autoria do vereador Rodrigo Guedes. Discutiram o Requerimento n. 10.497/2024, os vereadores Eduardo Alfaia e Capitão Carpê. Foi retirado de tramitação, a pedido do autor, o Requerimento n. 10.497/2024, de autoria do vereador Capitão Carpê. Em Questão de Ordem, o vereador Elan Alencar manifestou o seu desconforto em relação à cobrança da frequência no plenário, feita pelo vereador Rodrigo Guedes, pediu respeito com a sua pessoa, afirmou que se utilizar da prerrogativa em período de eleição era antiético, e pediu que a presidência tomasse providências. Em Questão de Ordem, o vereador Rodrigo Guedes reafirmou que a falta de quórum era recorrente no plenário e que não tinha entendido a reação do questionante, desafiando seus pares a comprovarem suas presenças no tablet. O Presidente pediu que os vereadores desligassem seus microfones, em respeito ao vereador que discursava. Dando continuidade, em questão de ordem, o vereador Rodrigo Guedes desafiou aos vereadores presentes para que registrassem suas presenças em seus tabletes. O Presidente disse que após a fala do vereador Rodrigo Guedes os que quisessem se manifestar poderiam fazê-lo. Na sequência, ainda em Questão de Ordem, o vereador Rodrigo Guedes afirmou que não direcionou sua fala a nenhum vereador, pois os faltosos tinham consciência de suas responsabilidades, frisando que era óbvio e notório que o plenário esvaziava, pois muitos batiam o ponto e se retiravam do plenário e sua intenção preconizava o bom funcionamento da Casa. Em Questão de Ordem, o vereador Elan Alencar criticou a generalização do problema e o objetivo da denúncia, que a seu ver, tinha cunho eleitoreiro, declarando o seu respeito a todos os seus pares e repudiando a exposição desnecessária dos parlamentares perante à sociedade. Em Questão de Ordem, o vereador Dione Carvalho refutou a fala do vereador Rodrigo Guedes por não ter considerado as justificativas para algumas ausências dos vereadores, sugeriu ao vereador denunciante que falasse por si só, manifestou o seu repúdio pela situação e pontuou que todos deveriam tratar dos problemas da cidade. Em Questão de Ordem, o vereador Rosinaldo Bual rechaçou a fala do vereador Rodrigo Guedes, afirmou que não seria tachado por nenhum edil e pediu respeito entre os parlamentares. Em Questão de Ordem, o vereador Rodrigo Guedes invocou o artigo 142, parágrafo único do Regimento Interno e criticou uma expressão que considerou racista e preconceituosa contra as mulheres negras, proferida pelo vereador Elan Alencar, pedindo a este que se retratasse, lembrando que o parlamento era um lugar de representatividade. Em Questão de Ordem, o vereador Sassá da Construção Civil, em resposta ao vereador que lhe antecedeu, mostrou o tablet com suas presenças diárias no plenário. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão às doze horas e dezoito minutos. E, para que conste, eu, ...... (Jacqueline Pinheiro de Lima), lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.









### Caio André Pinheiro de Oliveira Presidente

Yomara Jesuína Lins Rodrigues
Primeira Vice-Presidente

João Carlos dos Santos Mello Secretário-Geral

Éverton Assis dos Santos Segundo Vice-Presidente Carmem Glória Almeida Carratte Primeira Secretária

Lissandro Breval Santiago Terceiro Vice-Presidente Jaildo de Oliveira Silva Segundo Secretário

Rosivaldo Oliveira Cordovil Corregedor Geral

Ivo Santos da Silva Neto Terceiro Secretário

Francisco Carpegiane Veras de Andrade Ouvidor-Geral

Ana Maria Rocha Veiga Chefe da SeATA









# **PODER LEGISLATIVO**

#### **ASSINATURAS DIGITAIS**

JACQUELINE PINHEIRO DE LIMA - 201.310.202-00 - TÉCNICO(A) EM TAQUIGRAFIA - EM 10/09/2024 10:36:41 CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE - 115.263.602-25 - VEREADOR(A) - EM 09/09/2024 11:02:49 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - 641.056.792-87 - PRESIDENTE - EM 09/09/2024 10:51:41 JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - 074.890.987-77 - VEREADOR(A) - EM 09/09/2024 09:37:13 EVERTON ASSIS DOS SANTOS -445.757.002-82 - VEREADOR(A) - EM 06/09/2024 11:12:12 LISSANDRO BREVAL SANTIAGO - 510.050.422-68 - VEREADOR(A) - EM 04/09/2024 15:11:26 IVO SANTOS DA SILVA NETO - 516.531.682-34 - VEREADOR(A) - EM 04/09/2024 14:45:57 FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE - 715.424.852-15 - VEREADOR(A) - EM 04/09/2024 13:31:41 ANA MARIA ROCHA VEIGA - 634.586.752-72 - TÉCNICO(A) EM TAQUIGRAFIA - EM 04/09/2024 13:05:26